

A nova realidade contábil e a concepção científica do neopatrimonialismo como ação intelectual além da inteligência artificial

Antônio Lopes de Sá*

A Contabilidade, nos últimos anos do século que terminou foi diretamente atingida por modificações de base.

O consagrado objeto desta ciência, ou seja, a riqueza das células sociais, passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa.

Rompeu-se a barreira do ambiente interno das empresas e instituições e passou-se a buscar conexões com fatos de maior amplitude.

O conhecimento contábil foi pressionado pelos avanços científicos e tecnológicos, tão como pelas profundas alterações dos entornos da riqueza.

Tal rompimento, todavia, exigiu mudanças de métodos científicos e de óticas de observação para que pudesse inclusive utilizar racionalmente os progressos e atender com maior adequação as novas necessidades das empresas e instituições.

O propósito da corrente do Neopatrimonialismo surgiu exatamente em face desta nova realidade, construindo uma nova Teoria Geral do Conhecimento Contábil.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, INFORMAÇÃO E ESTUDO RACIONAL EM CONTABILIDADE

Modernamente fala-se em “Inteligência Artificial” como um dos grandes recursos oferecidos pela tecnologia, ou seja, aquela que produzida por programas de computação eletrônica de dados, seria semelhante ao fruto do raciocínio humano.

Os sistemas contábeis foram objetos férteis dos processos emergentes de informação e de tais recursos, mas, nenhum deles substituiu ainda o efeito competente e racional da ação humana com o uso da razão, no sentido de construir estruturas deveras científicas.

O uso do computador para produzir análises, combinar resultados, calcular, em suma desenvolver atos semelhantes aos da inteligência humana, tem-se manifestado competente, mas, não a ponto de se equivaler à mente.

Existem procedimentos auxiliares que amparam a metodologia das análises e estudos, quer de forma dedutiva, quer indutiva, quer analógica e embora possam ser desenvolvidos eletronicamente não conseguiram, todavia, alcançar os processos extralógicos da criatividade e nem os da sensibilidade intuitiva, estes que tanto têm alimentado à ciência.

Algoritmos de indução de procedimentos, estruturas de árvores de decisões, algoritmos de naturezas originárias, redes similares a efeitos de neurônios artificiais, sistemas de opções fundamentados em casos etc. sejam quais forem os processos utilizados, podem auxiliar na produção de informes, mas, são ainda insuficientes para substituírem os recursos da ciência.

Modelos de comportamentos podem defluir de processos rotulados de “Inteligência Artificial”, mas, em realidade nem todos possuem o rigor científico e nem são absolutamente competentes para substituírem os efeitos doutrinários.

Além do mais, é preciso considerar que em Contabilidade lidamos com fenômenos que se operam em realidades materiais e imateriais, mas, sem a precisão dos fatos que se derivam das ocorrências naturais, especialmente porque estão eivados de riscos de qualidades diversas.

O entorno ou continente interno da célula social, seja empresa, seja instituição, opera-se em bases que se derivam da ação do homem e os externos em grande parte ainda dependem desta mesma atuação, quer individual, quer coletiva.

Fatos humanos dificilmente se traduzem com os rigores matemáticos (esta uma das razões de minha recusa em aceitar como exata a ciência contábil, para situa-la entre as sociais) e nem sempre com a precisão lógica.

Os processos eletrônicos são meios auxiliares de muito valor, especialmente quanto à velocidade e a quantidade de combinações e acumulações que permitem, mas, também, relativos em face das miríades de necessidades que ocorrem no mundo aziendal.

Não desmereço, por exemplo, os trabalhos de equipes como as da British Computer Society, na apresentação de seus sistemas, mas, os tomo apenas como instrumentos que colaboram para a solução de alguns casos e não como a própria solução universal para todos os casos.

Tudo é válido para construir o caminho da verdade e em Contabilidade é inegável o quanto a computação eletrônica pode produzir em matéria de informação.

Informações, todavia, são apenas materializações de observações sobre fatos e não os próprios fatos.

Agilidade e quantidade de dados são importantes, mas, não resolvem por si só a necessidade da enunciação de realidades tal como as ciências requerem.

Conheço, na prática, modelos que foram tomados como infalíveis, por se derivarem de processamentos eletrônicos e que resultaram em estrondosos fracassos na aplicação do movimento das riquezas.

O próprio conceito de “otimização” que se tentou implantar, e os derivados de analogias com os processos biológicos, tiveram sua época, mas, não se demonstraram competentes como algo que tivesse um caráter de aplicação universal.

Padrões e séries deles, como se concebeu para os algoritmos genéticos, esbarraram também na instabilidade dos efeitos do poder intelectual, na aplicação de procedimentos humanos em relação ao capital, na variedade das necessidades humanas que em cada célula social encontra estratégias diversas.

A universalidade que a ciência exige não está, no campo daquelas sociais, associado apenas a modelos matemáticos sendo esta, entendo, uma das razões

do abandono do conceito de “otimização”, substituído por aquele de “conveniência”.

O estudo de casos, os algoritmos, outros critérios eletrônicos, são elementos auxiliares, mas, não de definitiva inclusão como se absoluto fossem para a determinação de um método em Contabilidade.

A tomada de decisões, inspirada em modelos contábeis, deve partir de um critério que considera a “associação conveniente” entre os limites funcionais da riqueza e aqueles dos agentes que a movimentam e foi assim que o Neopatrimonialismo, como nova corrente científica, entendeu.

A dita “Inteligência Artificial”, pois, embora não totalmente excluída das cogitações da corrente científica do Neopatrimonialismo, foi por esta aceita apenas como um subsídio de uma hipótese e não como um rigor de método na construção doutrinária.

REALIDADES CONTEMPORÂNEAS E A NOVA POSIÇÃO DA CONTABILIDADE

Considerando-se o poder da ciência (embora este nem sempre alcançável pelos que não dispõem de cultura epistemológica, especialmente os leigos), desde os fins do século XVIII a maior parte dos conhecimentos humanos buscou as suas sistematizações.

O movimento positivista influenciou e foi influenciado (especialmente na Europa) por grandes pensadores e estes se tornaram chefes de escolas e estas reunidas se constituíram em correntes científicas.

De início, a perseguição básica foi a da localização das verdadeiras matérias que deveriam servir de limites a cada ramo e a Contabilidade seguiu também a esta mesma orientação.

Como a fixação do objeto científico, no caso contábil, esteve em maior plano que o da própria busca de proposições lógicas sobre o próprio objeto, natural foi que não se preocupassem nossos luminares com uma teoria de base.

Esta a razão pela qual uma “Teoria Geral da Contabilidade” sempre foi reclamada por grandes estudiosos de nossa doutrina como Richard Mattessich e o próprio Vincenzo Masi, este o construtor do patrimonialismo científico. Entendi, desde meus contatos pessoais com os referidos intelectuais, que a pretensão só poderia nascer de uma “Teoria do Objeto Científico”, ou seja, de uma “Teoria Geral do Fenômeno Patrimonial”.

Seria, todavia, difícil imaginar a estrutura de tal matéria se não se disciplinasse logicamente os acontecimentos em grupos que representassem as relações que movem a riqueza patrimonial das células sociais.

Sem objetivar, também, a influente realidade do “que faz acontecer” o fato patrimonial e sem buscar uma visão holística, tudo seria impossível, pois, a riqueza não se move por si mesma.

Além do mais, ao mover-se, transformando-se, não só recebe as influências dos agentes que sobre ela influem, mas, também, pode causar modificações sobre os mesmos.

A inequívoca interação entre a riqueza e a de seus entornos pareceu-me imprescindível para erguer a referida Teoria Geral e foi isto o que me levou a

admitir três grandes grupos de relações lógicas determinantes sobre a produção dos fatos e neles inclui com destaque a dos entornos da riqueza.

Isto, entretanto, não se limitou em apenas aceitar esta realidade, mas, especialmente em observar as transformações efetivas que haviam ocorrido na atualidade nos ambientes que cercam e agem sobre o patrimônio aziendal.

MEMÓRIA, PROVA, E UTILIDADE DA INFORMAÇÃO

Desde as suas origens os registros dos fatos se preocuparam com a memória deles, ou seja, com o ato de dar mais destaque ao “lembrar-se” do acontecido que mesmo de buscar entender porque as coisas aconteceram.

As inscrições rupestres, existentes em profusão (inclusive no Brasil) são eloqüentes provas desta visão originária e, mais tarde, o “instituto da prova” que os registros passaram a ter nas civilizações mais adiantadas do mundo antigo reforçam tal hipótese.

Quantificar acontecimentos, qualificar fatos, formalizar os registros, foram fatores que geraram a maioria dos sistemas de informação e também de formalização destes.

A conta originou-se de tais expressões do pensamento humano e parece ter sido a primeira manifestação racional do homem em matéria de escrita e de cálculo, mesmo antes que o ser humano se dedicasse a ter um alfabeto ou que manipulasse, através de grandezas, os cálculos.

As exigências, todavia, de tais procedimentos de registros foi crescendo com o dilatar das próprias civilizações.

Grandes foram os avanços nos sistemas de informes, mas, chegou-se a um ponto em que se questionou se o verdadeiramente útil não seria o utilizar tais elementos para saber melhor gerir as riquezas.

Quando esta nova consciência surgiu também apareceu o interesse pela ciência.

Entender o que tão bem se havia sistematizado passou a ser o relevante e esta a diretriz que assumiu o movimento das correntes de pensamentos.

O interesse da “informação”, da “prova”, foi superado pelo do estudo das razões dos acontecimentos e cada vez mais esta tendência se tem acentuado em nossos dias.

O ANTIGO E O MODERNO PERANTE A INTELIGENCIA ARTIFICIAL

O desejo de maior conquista de mercados e de resultados especulativos, adotados especialmente pelas grandes empresas e grupos financeiros, foi e ainda é o responsável pelo que se rotulou de “globalização” e de “mercados comuns”.

A ambição aguçou-se de tal forma no século XX que se tornou a responsável, em meu entender, por grandes guerras mundiais e pela criação de entidades que rotuladas como internacionais não fizeram e fazem senão defender os interesses de grupos econômicos (estes muitas vezes os corruptores e até mandantes em diversas das políticas ditas democráticas).

Esta grande realidade dos ambientes externos atingiu à maioria das empresas e ditou sérias transformações na luta mercantil.

Acentuou-se a concentração da riqueza, como algo decorrente de busca de maior poder de ação no regime competitivo, a corrupção avançou a níveis elevados nas áreas políticas, a circulação de capitais movimentou deslocamentos de riquezas cada vez com maior velocidade, em suma, a realidade dos entornos, para a maioria das empresas (que são pequenas e médias) modificou-se substancialmente.

Tudo isto, sustentou-se ainda pelos progressos da informática, da telemática, resultando em substanciais alterações de critérios de comportamentos.

O sucesso do emprego dos recursos eletrônicos na Contabilidade estimulou o admitir-se que o emprego da que se denominou de “Inteligência Artificial” e entendeu-se que até se pudesse superar os critérios antigos dos usos de Planos de Contas e da própria Partida Dobrada.

Programas foram adotados para superar a limitação de dados apenas financeiros e os de prova (pela eliminação de muitos documentos por simples digitações) e o sucesso dos mesmos levou a conclusões de que o abandono dos critérios antigos seria um caminho.

Ainda dentro desta mesma vocação compreendeu-se que muitos dados externos poderiam ser registráveis para fins de estudos dos fenômenos da vida empresarial e isto criou, inclusive, sistemas de registros.

Não tenho qualquer dúvida, entretanto, e nisto apoiei a minha Teoria Geral do Conhecimento Contábil (edição UNA, Belo Horizonte e ICAC, Madri) que informes e estudos sobre as ocorrências dos entornos da riqueza (relações lógicas ambientais como as denomino em minha Teoria) são imprescindíveis e

nisto aplaudo os critérios das tentativas da dita “Inteligência Artificial” e que se dedicaram a tal preocupação.

A dissociação entre os fatos ocorridos nos mercados, por exemplo, daquelas influências que estes causam nas empresas é um grave erro e isto há mais de 60 anos já era denunciado por ilustres doutrinadores da Contabilidade, como, por exemplo, Alberto Ceccherelli, na Itália (em sua obra *Il linguaggio dei bilanci*, edição Felice Le Monnier, Florença).

Discordo, todavia, de que Planos de Contas possam ser abandonados e que o critério da partida dobrada também o seja sem que ocorram graves prejuízos à tarefa analítica dos fenômenos da riqueza.

Não acredito que exista um conflito entre o antigo e o moderno em coisas substanciais e nem admito que hoje se possa aceitar a tese de que registros duplos sejam obstáculos.

Admito que é a amalgama de tais critérios que resultará em um melhor aproveitamento do conhecimento contábil.

CONTA, PLANOS DE CONTAS E A PARTIDA DOBRADA COMO INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS

A conta é o instrumento competente para o registro da dinâmica de fatos e assim o reconheceram até em Teorias específicas grandes capacidades como Degranges, Dumarchey, Marchi e tantos outros e entre nós Álvaro Porto Moitinho (com sua Teoria das Contas Positivas e negativas) e D’Áuria em sua

Contabilidade Pura e que chega em suma Sistemografia a generalizar o emprego deste recurso a quaisquer fatos de quaisquer ciências.

Simple literatura (como é a de notas explicativas), dados isolados, não possuem a capacidade de substituir uma conta porque só esta pode evidenciar o curso de acontecimentos de forma organizada e disciplinada.

Obviamente, também, para todo sistema de fatos, é preciso um Plano específico de Contas.

Não vejo como ser diferente sem graves prejuízos da qualidade nos sistemas informativos.

Nem todos os analistas de sistemas, todavia, possuem formação contábil e talvez seja esta uma das razões pelas quais alguns passaram a não atribuir a este milenar recurso a importância que verdadeiramente possui.

No que tange à partida dobrada, igualmente, não vejo como substituí-la sem que ocorra um sério prejuízo para o estudos dos fenômenos patrimoniais.

O que na realidade se passa é que o entendimento sobre a partida dupla fica às vezes restrito à sua forma e não à sua essência quer para leigos, quer para profissionais iniciantes ou para aqueles de menor recurso cultural.

A partida dobrada é uma equação onde em “causa” (crédito) e “efeito” se evidencia um fato.

Não nego que se possa conhecer o efeito sem que se possa detectar a causa, nem conhecer a causa sem avaliar o efeito, mas, tais fatos, dificilmente ocorrem em matéria evidente e por natureza palpável e concreta como o é a patrimonial.

Razões históricas, tradicionais, justificam a denominação “débito” e “crédito” e que sendo a principio empregada só para fatos “pessoais”, ampliou-se para registrar também fatos “materiais”, formando assim o processo das partidas dobradas.

É óbvio que uma despesa não pode ser um objeto de obrigação para justificar o conceito de seu débito, mas, é inequívoco que é um efeito em um acontecimento onde a causa foi um recurso que a permitiu (quer seja este dinheiro próprio, quer de terceiros).

A má compreensão sobre tal realidade advem, pois, de erros conceptuais mais que da essência dos fatos.

Entendo, igualmente, que trabalhoso foi duplamente registrar-se no regime antigo, mas, tal justificativa hoje não mais existe diante dos recursos da informática e daqueles magnéticos.

Os próprios egípcios faziam, há muitos mil anos atrás, classificações duplas de fatos, como devem ser feitas, utilizando-se de matrizes, ou seja, valendo-se de um só registro mas atendendo ao principio de causa e efeito.

Contas, Planos de Contas e a adoção do processo das Partidas Dobradas, mesmo antigos são critérios que não me parecem devam ser abandonados e se o forem criarão dificuldades inequívocas ao estudo do que é informado.

O caso não me parece requerer inovação por eliminação de critérios já conquistados anteriormente, mas, apenas aperfeiçoamentos que ainda mais evoluam as heranças positivas do passado.

Não vejo justificativa em simplesmente promover a entrada de dados sem que estes se subordinem a uma disciplina competente para a análise contábil dos mesmos.

INOVAÇÕES DA DOUTRINA NEOPATRIMONIALISTA

O Neopatrimonialismo adotou razões que lhe ofereceram característica própria como doutrina científica e que as estabeleceu a partir dos axiomas da movimentação da riqueza, dando destaque, pois, ao que conceituou como “função”.

Respeitando as conquistas de diversas correntes, disciplinou seus princípios a partir de uma diretriz própria e inovadora.

Reconheceu como ponto de partida, entretanto, o que Vincenzo Masi fundamentou em sua doutrina, ou seja, de que tudo o que acontece com a riqueza das empresas e das instituições é um fenômeno patrimonial e aceitou a quase totalidade das concepções de dinâmica, especialmente as de Alberto Ceccherelli, Gino Zappa e Eugênio Schmalenbach.

Reconheceu grande parte das teorias de Ricardo Mattessich, Moisés Garcia Garcia e José Maria Requena Rodriguez, em suas teses quantitativas e circulatórias.

Sustentou, pois, que os fatos patrimoniais, em suas diversas dimensões e dentro de seus ambientes, são os que nos interessam como matéria de estudo para que se possa conhecer a realidade da influência dos mesmos sobre as necessidades.

O patrimonialismo de Masi, sem dúvida, foi um ponto de partida como estrutura científica, mas, a concepção de outros intelectuais de muito valor, assim como a imposição derivada das modificações diversas ocorridas nos mercados, na sociedade, na ciência, na ética, todo este conjunto foi o que conduziu a uma nova ótica, competente para fazer nascer um Neopatrimonialismo.

Valeu-se, esta nova corrente, inclusive da observação de estudos empíricos realizados no século passado e que sugeriram, inclusive, desdobramentos do conhecimento contábil como os relativos às ditas Contabilidade Ambiental, Contabilidade do Capital Intelectual, Contabilidade Social, Contabilidade Estratégica etc. sem despreza-los, mas, conservando a ótica universalista.

O Neopatrimonialismo, como corrente científica só nasceu na década de 90 do século XX, baseado na Teoria Geral do Conhecimento Contábil (editada em 1992), mas resultou de pesquisas e reflexões realizadas desde as décadas de 70 e 80 (estas expostas pela primeira vez na Universidade de Sevilha em 1987).

O que de novo trouxe a nova doutrina científica foi exatamente uma metodologia, apoiada por uma mentalidade disciplinadora envolvida por rigores epistemológicos.

A metodologia do neopatrimonialismo aplicou-se na direção de classificar e reconhecer especialmente as relações lógicas que determinam a essência do fenômeno patrimonial, as das dimensões ocorridas e, com ênfase, especialmente, “o porque ocorrem os fatos”, ou seja, qual a verdadeira influência dos fatores que produzem a transformação da riqueza (e que são os dos ambientes internos e os externos que envolvem os meios patrimoniais).

Adotando a filosofia dos sistemas entendeu esta nova corrente do pensamento contábil que impossível se torna estabelecer modelos de soluções para a movimentação racional da riqueza se estes não se inspirarem no conhecimento das funções patrimoniais, quer estas em si, quer em relação aos sistemas destas, quer os das correlações destes com os entornos.

As transformações funcionais, portanto, passaram a ser reconhecidas: 1) em cada operação, 2) nos sistemas de operações, 3) nos campos de sistemas, 4) nas interações sistemáticas e 5) nas suas ligações com os agentes transformadores (administração, pessoal, sociedade humana, mercados, natureza, ciências, tecnologias, políticas etc.).

A visão, embora holística, portanto, não deixou de considerar a célula social como um complexo e nem cada fenômeno em si como uma unidade.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DOUTRINA NEOPATRIMONIALISTA

Várias das práticas emergentes que na segunda metade do século XX vieram em socorro da informação terminaram por se atropelar.

Embora se apresentassem como tecnologias (algumas apenas visando apenas a pacotes de comercialização), não o eram, pois, faltou-lhes as bases de sustentação científica.

A questão da informação, nas áreas contábeis, não está apenas em produzir grande número de entradas de dados em computadores, ainda que estes estejam ordenados e bem arquivados, ainda que dimanem de programas específicos e ofereçam saídas de informes em profusão.

Só agora, todavia, difunde-se o entendimento de que não adianta apenas entulhar de dados os computadores sem que se saiba o que fazer com essas miríades de informações e sem que elas possuam uma orientação condizente com a ciência da Contabilidade.

Não se produz o que se possa chamar de uma “inteligência artificial” sem que os frutos desta possuam resultados deveras inteligentes.

Sem a doutrina científica as tecnologias não prosperam, possuem curtos limites ou tendem a inutilidade.

Não entende o Neopatrimonialismo como inteligente, em matéria contábil, o que não tem condições de promover a eficácia duradoura e cumulativa no uso da riqueza.

Não se pode considerar como “inteligente” o que não tem condições de satisfazer as necessidades que ocorrem em quaisquer que sejam as células sociais aonde os processos se venham a aplicar.

O próprio conceito de prosperidade o Neopatrimonialismo o construiu genericamente, tendo em vista a célula social, quer seja esta uma empresa, quer instituição, mas desde que tendo por efeito uma plena, permanente e progressiva satisfação da necessidade.

A construção de uma teoria parte, na quase totalidade das vezes, da observação prática, mas, quando possui o benefício de um bom método consegue racionalizar com maior facilidade o conhecimento de visão universal.

O estudo de casos isolados é importante, mas, não é a solução e nem tem a condição de amplitude de aplicação como a que deflui da teoria científica.

Esta a razão pela qual a conquista de axiomas e teoremas, como proposições lógicas amparadas pela razão, possui superioridade sobre os processos pragmáticos.

O Neopatrimonialismo não desprezou as tentativas das tecnologias emergentes, e, muito ao contrário, delas se valeu para apoiar-se em raciocínios, mas, não as superestimou a ponto de admitir que verdadeiramente elas pudessem deveras representar uma inteligência artificial, por si só e nem que tivesse esta a condição de superar em qualidade de conhecimento o que só deflui das tradições epistemológicas.

BIBLIOGRAFIA

AMAT, Joan - Nuevas tendencias en la Contabilidad de Gestión, em “La Contabilidad de gestión actual”, edição AECA, Madri, 1994

BENAU, Maria Antonia Garcia - Relación entre teoria y práctica contable, in Boletim AECA nº 40, Madri, fevereiro-junho de 1996

MANTILLA BLANCO, Samuel Alberto - Teoria General del conocimiento contable, em Boletim do IPAT número 13, Belo Horizonte, 1997

BOUZADA. Manuel Ortigueira - La corporación cibernética , edição Centro de Estudios Municipales, Granada, 1984

CAVAILLÉS, Jean - Sur la logique et la theorie de la science, edição Presses Universitaires, Paris, 1947

CECCHERELLI, Alberto - Il linguaggio dei bilanci, 4^A. edição Felice Le Monnier, Florença, 1950

CHAGAS, José Ferreira e NOSSA, Valcemiro - Usando programação linear na Contabilidade Decisória , em Revista Brasileira de Contabilidade n. 107, edição CFC, Brasília, setembro/outubro de 1997

COSENZA, José Paulo – A evolução da escrituração contábil através dos tempos, tese de mestrado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999

D'AURIA, Francisco - Primeiros Principios de Contabilidade Pura, edição Atlas, São Paulo, 1950

DUMARCHEY, J. - Théorie Positive de la Comptabilité, 2^a. edição, impressora Monloup-Robert, Lyon, 1933

FALK, Haim e DEFEO Victor J. - Accounting Research and its contributions, in Asia-Pacific Journal of Accounting, volume 3, número 1, Hong Kong, Junho de 1996

FARIA, Marcia Primola de - Da teoria geral do conhecimento contábil e teoria da prosperidade patrimonial, (Prêmio talento Ibero-Americano), in Contabilidade Vista e Revista, volume 7, nº 1, edição da FACE, UFMG, Belo Horizonte, Junho de 1996

GALASSI, Giuseppe - Sistemi contabili assiomatici e sistemi teorici deduttivi, edição Patron, Bolonha, 1978

GARCIA, Luiz Casella Comentarios sobre el libro Teoria Geral do Conhecimento Contábil , em Boletim IPAT número 13, Belo Horizonte, 1997

GARCIA, Moisés Garcia - Contabilidad Social, edição ICAC, Madri, 1980

HERCKERT, Werno – O patrimônio e as influências ambientais, impressão

MEGAS, Horizontina, dezembro de 1999

KROETZ, César Eduardo Stevens , MATOS, Wilson Castro de e FONTOURA, José Roberto de Araújo – Aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à Contabilidade , em Revista Brasileira de Contabilidade n. 114, Brasília, Novembro/Dezembro de 1998

LOPEZ, Jose Alvarez - Perspectivas actuales de la Contabilidad Directiva, in La Contabilidad en España en la segunda mitad del siglo XX, edição Tecnica Contable, comemorativa dos 40 anos da editora, Madri, 1989

MASI, Vincenzo e ANTINORI, Carlo - La Ragioneria nell'età moderna e contemporanea, edição Giuffré, Milão, 1997

MATTESSICH, Richard - Academic Research in Accounting - The Last 50 years, in Asia Pacific Journal of Accounting, número 1, volume 3, Hong Kong, Junho de 1996

NEPOMUCENO, Valério - A ambiência filosofica da Teoria das Funções, in Revista de Contabilidade e Comércio, nº 210, Porto, 2º semestre de 1996

PADRONI, Giovanni - Struttura organizzativa e condizioni di economicità - edição Giuffré, Milão, 1979

PEREDA, Jorge Tua - La investigación empirica en Contabilidad, la hipotesis de eficiencia del mercado, edição ICAC, Ministerio de Economia y Hacienda, Madri, 1991

PIRES, Marco Antonio Amaral - Estrutura da Teoria Contábil Lopesista - in Contabilidade Vista e revista , v. 8 , n# 1 , Belo Horizonte, dezembro de 1996

PONTE, Enrique Bonsón, ZAMORRA, Maria Piular Martin e RODRIGUEZ, Tomás Escobar – La mejora Del sistema de información contable mediante la integración de las tecnologias emergentes, em Revista de Contabilidad, edição

da Asociación Española de Profesores Universitarios de Contabilidad, nº 6, Santander, julho-dezembro de 2.000

PUENTES, Régulo Millán – 100 años de investigación científica de la Contabilidad, Teoría y Doctrina de la Contabilidad, editorial Kimpres, Bogotá, fevereiro de 2000

RODRIGUES, Alberto Almada - Metodologia e Técnica da Pesquisa na Contabilidade, in Boletim IPAT nº 7, Belo Horizonte, Julho 1993

SÁ, Antônio Lopes de - Fundamentos lógicos de la teoría de las funciones sistemáticas del patrimonio hacendal , in Cuadernos de ciencias económicas y empresariales , ano 16, número 23, edição da Universidade de Malaga , Malaga , julho-dezembro de 1992

SÁ, Antonio Lopes de - Nuevos Rumbos Científicos en la Contabilidad, em Suma, nº 41, Maryland, USA, Junho de 1996

SÁ, Antônio Lopes de - Teoria Geral do Conhecimento Contábil, edição IPAT-UNA, Belo Horizonte, 1992 e ICAC, Madri 1998

SERRA, Luigi - Rivalutare la Ragioneria , edição Pontone , Cassino, 1997

VIÑEGLA, Alfonso López – El cuadro de mando y los sistemas de información para la gestión empresarial, edição AECA, Madri, 1998

XIANG, Bing - Institutional Factors Influencing China's Accounting Reforms and Standards , em Accounting Horizons, volume 20 , número 2 , edição da American Accounting Association, Sarasota, Florida, Junho de 1998

Disponível em:< <http://www.yumara.com.br/neopatri/anrccc.doc>> Acesso em.: 19 set. 2007.